

RECURSO ESPECIAL Nº 1.758.378 - SP (2018/0196741-3)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : ALVARO GUIMARAES DOS SANTOS
RECORRENTE : SILVIO MARCELINO DE FREITAS
RECORRENTE : CLAUDIO AUGUSTO XAVIER
RECORRENTE : JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA
RECORRENTE : CAMILO DE LELIS MAIA
RECORRENTE : VICENTE SYLVESTRE
RECORRENTE : JULIO YOSHIDA
RECORRENTE : MOACYR JERONIMO DOS SANTOS
RECORRENTE : SERGIO FRANCISCO GOMES PENNA
RECORRENTE : JOSE CARLOS CAETANO
ADVOGADOS : WELLINGTON NEGRI DA SILVA E OUTRO(S) - SP237006
FERNANDO MIL HOMENS MOREIRA - DF048957
RECORRIDO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : LUIZ FERNANDO SALVADO DA RESSUREICAO E OUTRO(S)
- SP083480

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO DE COBRANÇA. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. DIREITO RECONHECIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. PARCELAS PRETÉRITAS. TRÂNSITO EM JULGADO. NECESSIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. "É necessário aguardar o trânsito em julgado da sentença em Mandado de Segurança Coletivo para o ajuizamento da ação de cobrança pretendendo o recebimento de parcelas pretéritas" (REsp 1.764.345/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/11/2018).
2. Juízo a respeito da ocorrência ou não do trânsito em julgado da ação coletiva demandaria incursão no conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer em parte do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

(Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

